

SCS LegalHarvest Verification
 Natural Forest Assessment Standard: Brazil
 Date approved: November 20th, 2011

	Indicator Indicador	Verifiers (Natural Forests) Verificadores (Floresta Natural)	Regulatory Agency Agência Reguladora	Reference to Legislation Referência à Legislação
<p>Principle 1: The Forest Management Entity (FME) shall be a legitimate organization authorized to conduct business in accordance with legal requirements of the country and locality where it operates.</p>				
<p>Princípio 1: A Entidade de Manejo Florestal (EMF) deve ser uma organização legítima, autorizada a realizar negócios em conformidade com os requisitos legais do país e região onde atua.</p>				
<p>C1.1 The FME shall be registered with all relevant government authorities. A EMF deve estar registrada junto a todas as autoridades governamentais relevantes.</p>				
1.1.1	<p>The FME shall be formally registered as a business and shall provide properly authorized documentation showing that the FME legally exists and meets national legal requirements.</p> <p>A EMF deve estar registrada formalmente como uma entidade de negócios e deve apresentar documentação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • CNPJ (Registration of Corporate Taxpayers); • Articles of Incorporation and bylaws; • State Registration; • Municipal Registration; • Record of Identity (GRI), Registration of Individual Taxpayers (RIT) of legal representative, partners or members; • Municipal business license, if applicable. <ul style="list-style-type: none"> • CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica); • Contrato Social; • Inscrição Estadual; • Inscrição Municipal; 	Federal	<p>- Cód. Civil LEI 10.406/02</p> <p>- Lei nº 11.598, de 03 de dezembro de 2007 (Alvará de Funcionamento)</p>

	devidamente autorizada, demonstrando sua existência jurídica e atendimento aos requisitos legais nacionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal, sócios ou membros; • Alvará de localização e funcionamento (Prefeitura Municipal), quando aplicável; 		
1.1.2	<p>The FME shall have a tax registration number and/or form if required.</p> <p>A EMF deve ter um número de inscrição fiscal e/ou formulário, se requerido.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Registration of Corporate Taxpayers (CNPJ); • State Registration; • Municipal Registration; • Farmer Registration, if applicable. • Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); • Inscrição Estadual; • Inscrição Municipal; • Cadastro de produtor Rural, se aplicável. 	Federal	<p>- Cód. Civil <i>LEI</i> 10.406/02</p> <p>- LEI Federal N° 10.993, de 14 de dezembro de 2004</p> <p>- DOU de 15/12/2004 (Cadastro de Produtor Rural)</p>
<p>• C1.2 The FME shall operate as a legitimate forest management organization in accordance with local government requirements.</p> <p>• A entidade de manejo (EMF) deve operar como uma organização legítima de manejo florestal, em conformidade com os requisitos governamentais locais.</p>				
1.2.1	The FME shall have clear, documented rights to operate in the forestry sector and on the lands from which the subject timber products are sourced.	<ul style="list-style-type: none"> • Land tenure document (title, registry, concession for use, lease contract, or process number, in case of putting tenure situation in order); • CCIR - In accordance with the Rural Land National Register – (CNIR); • Document from the appropriate agency in response to the previous analysis of the SFMP regarding the personal identification of the proponent; adequacy of the land title; inexistence of overlap of the management area with indigenous lands, conservation units, and military areas; forest cover; • Geographic coordinates of the property, the rural 	Federal	<p>- Lei Federal n° 11.284, de 2 de março de 2006 (Gestão dos Recursos Florestais);</p> <p>- LEI N° 6.496 /77 e Resolução CONFEA N° 1.025/09. (Anotação de Responsabilidade Técnica – ART)</p> <p>- MMA IN 05/2006 (espécies ameaçadas) e Decreto n°</p>

	<p>A EMF deve ter direitos claros e documentados para atuar no setor florestal e de operar nas terras de onde se originam os</p>	<p>property boundaries, the Legal Reserve, the area under forest management, and the Annual Production Units (APU);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Name, signature, and ART (Technical Responsibility Record) of the Technician in charge of the drafting of maps and forms entered at CREA (Regional Engineering, Architecture, and Agronomy Council); • Name and signature of the holder of the forest management plan and of the landlord; • Digital and printed document of the forest management plan, the APU, and the Activity Report following the OEM (State Environmental Agency) system; • Term of responsibility for the maintenance of the forest. • Federal Technical Registry (CTF) - IBAMA • State Technical Registration, if applicable; • License for forest management; • Forest Producer Certification, if applicable; • Environmental Certification, if required by the state • Forest product sale document, if required by the state; • Forest Transportation Guide, if required by the state; • Forest Origin Document (DOF); • Rural Environmental Registry (RER), if applicable; • Environmental License, if applicable. <ul style="list-style-type: none"> • Documento de posse e uso da terra (matrículas, registros, concessões de uso, contratos de arrendamento, ou número do processo, em caso de regularização fundiária); • CCIR no Cadastro Nacional de Imóvel Rural-CNIR; 		<p>2. 707/98 ITTA (Acordo Internacional Sobre Madeiras Tropicais).</p> <p>- Decreto no. 2.519/98 (Convenção sobre Diversidade Biológica).</p> <p>- Lei 4.771/65 Código Florestal.</p> <p>- LEI Nº 4.947/66 (Direito Agrário)</p> <p>- IN INCRA Nº 44/2008 (Recadastramento de Imóveis Rural)</p> <p>- Decreto nº 6.321/2007. (prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia)</p> <p>- LEI Nº 7.803/89(Cadastro Técnico Federal)</p> <p>- IN 31/2009 – IBAMA (Cadastro Técnico Federal)</p> <p>- Decreto nº 7.497/2011 e Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. (infrações e sanções administrativas ao meio ambiente)</p>
--	--	---	--	--

	<p>produtos da madeira em questão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Documento de manifestação do órgão competente, com a análise prévia do PMFS, no que diz respeito à identificação pessoal do proponente; regularidade do título do imóvel; inexistência de sobreposições com terras indígenas, unidade de conservação e áreas militares; cobertura florestal; • Coordenadas geográficas da propriedade, limites da área, da Reserva Legal, da área sob manejo florestal, das UPAs; • Nome, assinatura e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) registrada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) do técnico responsável pela elaboração dos mapas e formulários; • Nome e assinatura do detentor do plano de manejo e do proprietário; • Documento digital e impresso do PMF, POA e relatório de atividades, conforme sistema OEMA (Órgão Estadual do Meio Ambiente); • Termo de Responsabilidade de Manutenção da Floresta. • Cadastro Técnico Federal (CTF); • Cadastro Técnico Estadual, quando aplicável; • Licenças operacionais; • Certificado de Produtor Florestal, quando aplicável; • Certificado Ambiental quando aplicável; • DOF Documento de Origem Florestal ou Guia de Transporte Florestal; • Cadastro Ambiental Rural (CAR), se aplicável • Licença Ambiental, se aplicável; • CEPF (Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais) e SISFLORA (Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais). 		<ul style="list-style-type: none"> - IBAMA IN 93/06 (Planos de Manejo Florestal Sustentável e as solicitações de autorização para uso alternativo do solo) - Portaria/MMA nº.253, de 18 de agosto de 2006 (obrigatoriedade do uso do Documento de Origem Florestal – DOF) - IN 112/2006- IBAMA (Documento de Origem Florestal) - IN 134/2006 – IBAMA (altera a IN 112) - Resolução do CONAMA nº 379, de 19 de outubro de 2006 (cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA)
--	--	---	--	--

1.2.2	<p>The FME shall have a documented history of legal compliance and is not associated with criminal activities related to the management, transportation, export or sale of timber products.</p> <p>A EMF deve ter um histórico documentado de conformidade legal e não estar ligada a atividades criminosas, relacionadas à gestão, transporte, exportação ou venda de produtos de madeira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inspection report from the environmental agency, the labor ministry, and others; • Existence of TAC (Term of conduct adjustment) and compliance with its requirements, if applicable; • Checking with news from the sector, official journal, and websites; • Checking with SISFLORA (Forest Product Trading and Transport System) / DOF (Forest Origin Document). <ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de vistoria do órgão ambiental, ministério do trabalho e outros; • Existência de TAC (Termo de Ajuste de Conduta) e cumprimento de suas exigências, se aplicável; • Consulta a jornais do setor, diário oficial e websites; • Consulta ao Sisflora (Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais) / DOF (Documento de Origem Florestal). 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Lei 4.771/65 Código Florestal - Decreto nº 7.497/2011 e Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. (infrações e sanções administrativas ao meio ambiente) - Decreto 5.975/06 (Plano de manejo sustentável, supressão de florestas, utilização de matéria prima florestal, obrigação à reposição florestal, licença para transporte de produtos e subprodutos de origem nativa e publicidade das informações). - Resolução 411/2009 CONAMA (procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive
-------	---	--	---------	--

				carvão vegetal e resíduos de serraria)
1.2.3	<p>The FME's activities shall not have been suspended as a result of administrative or judiciary action by the government of the country in which it operates.</p> <p>As atividades da EMF não podem ter sido suspensas como resultado de ação administrativa ou judicial, movida pelo governo do país em que opera.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Checking with the environmental agency and the Public Prosecutor; • SISFLORA/DOF (Forest Product Trading and Transport System /Forest Origen Certificate) compliance certificate; • Interview with workers representatives, unions, and com, unity; • Checking the newspapers and internet, Ibama website (withheld areas) and the Ministry of Labor (list of workers under slave conditions); • Existence of TAC (Tem of Conduct Adjustment) and compliance with its requirements; • Checking with CEPROF (Forest Products Consumer Record). <ul style="list-style-type: none"> • Consulta ao órgão ambiental e ministério público; • Certidão de regularidade SISFLORA/DOF (Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais/Documento de Origem Florestal); • Entrevista com representantes dos trabalhadores, sindicatos e comunidade; • Consulta em jornais e internet, website do Ibama (áreas embargadas) e ministério do trabalho (lista trabalho escravo); • Existência de TACs (Termo de Ajustamento de Conduta) e respectivo atendimento; • Consulta ao CEPROF (Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais). 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Lei 4.771/65 Código Florestal; - Decreto 5.975/06; - Decreto 6.514/2008; - Decreto nº 7.497/2011 (infrações e sanções administrativas ao meio ambiente) - IN 112/2006- IBAMA; - IN 134/2006 – IBAMA; - IN 187/2008– IBAMA; - Resolução 411/2009 CONAMA; - IN MMA 06/06 (Reposição Florestal); - IN SEMA N°. 22, MARÇO/2009 (Atualização Anual do Cadastro no CEPROF/SISFLORA).
1.2.4	Any current legal challenges by any recognized legal authority as to the forestry operations of	<ul style="list-style-type: none"> • Consultation with Ministry of Public, land agency and other organizations; 	Federal	- Cód. Civil <i>LEI</i> 10.406/02

	<p>the FME shall have been resolved or shall be in the process of being resolved through a binding resolution process.</p> <p>Qualquer disputa legal, por qualquer autoridade legal reconhecida, relacionada às operações florestais da EMF, deve estar solucionada ou em vias de resolução, através de um processo obrigatório.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existence of mechanism for monitoring the dispute process, if applicable. • Consulta ao Ministério público, órgão fundiário e outras organizações; • Existência de mecanismo de registro e acompanhamento do processo de disputa, se aplicável. 		
<p>• C1.3 Subsidiary entities, companies, contractors and subcontractors involved in the harvesting and transportation of timber on behalf of the FME shall be registered according to national/local legislation and regulations and have a valid license to operate.</p> <p>• Entidades afiliadas, empresas, empresas terceirizadas e subcontratadas (quarteirizadas) envolvidas na colheita e transporte de madeira para a EMF devem estar registradas de acordo com a legislação e regulamentos nacionais / locais e, ter licença válida para operar.</p>				
1.3.1	<p>The FME shall provide authorized documentation showing that all contracting bodies legally exist and meet the legal requirements to undertake harvesting activities.</p> <p>A EMF deve apresentar documentação legal demonstrando regularidade de todos os contratados e o</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contract for services; • Registration of Corporate Taxpayers (CNPJ); • Fees, gatherings (ISSQS, INSS), licenses, etc.; • State and federal tax debt clearance certificate; • IBAMA CTF (Federal Technical Registry); • Certificate of no debts for IBAMA; • Certificate of fiscal compliance, issued by State Fiscal Agency; • Existence of procedures for recurrent internal audit. • Contrato de prestação de serviços; • Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); • Taxas, recolhimentos (ISSQS, INSS), licenças, etc.; • Certidão negativa de débitos de tributos estaduais 	Federal	<p>- Cód. Civil <i>LEI</i> 10.406/02</p> <p>- Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Cadastro Técnico Federal)</p> <p>- Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989 (Cadastro Técnico Federal);</p> <p>- Lei Complementar 116/03 (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN);</p> <p>- Lei 9.711/98 (retenção</p>

	atendimento aos requisitos legais para realizar atividades de colheita.	<ul style="list-style-type: none"> e federais; • Cadastro Técnico Federal - IBAMA; • Certidão Negativa de Débitos do IBAMA; • Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Fazenda Pública Estadual; • Existência de procedimentos de auditoria interna periódica para verificação da legalidade das empresas contratadas. 		<p>INSS);</p> <ul style="list-style-type: none"> - IN MPS/SRP no. 03/2005 (retenção INSS); - IN RFB no. 971/2009 (retenção INSS)
<ul style="list-style-type: none"> • Principle 2: The FME shall have the necessary authorizations to conduct forest harvesting-related activities at all locations under operation. • A EMF deve ter as autorizações necessárias para realizar as atividades relacionadas com a colheita florestal em todos os locais de operação. 				
<ul style="list-style-type: none"> • C2.1 The FME shall have legal access and harvesting rights to the forest management unit according to national legislation and regulations. • A EMF deve ter acesso legal e direito de colheita na unidade de manejo Florestal, de acordo com a legislação e regulamentos nacional. 				
2.1.1	The FME shall provide a map (or maps) of the forest management area at a scale to permit identification of proposed harvest areas; relevant information such as ownership, customary rights and legal restrictions shall be clearly indicated.	<ul style="list-style-type: none"> • Maps in a compatible scale; • Land tenure document (title, registry, concession for use, lease contract, or process number, in case of putting tenure situation in order); • CCIR - In accordance with the Rural Land National Register – (CNIR); • Document from the appropriate agency in response to the previous analysis of the SFMP regarding the personal identification of the proponent; adequacy of the land title; inexistence of overlap of the management area with indigenous lands, conservation units, and military areas; forest cover; • Geographic coordinates of the property, the rural property boundaries, the Legal Reserve, the area under forest management, and the Annual 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - IBAMA IN 93/2006; - MMA IN 04/2006; - IBAMA IN- 101/2006 e Resolução/CD no. 10/2003 – INCRA (Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais); - Lei 4.771/65 Código Florestal; - Decreto 5.975/06; - Decreto 6.514/2008;

	<p>A EMF deve apresentar um mapa (ou mapas) da área de manejo florestal em uma escala que permita a identificação das áreas propostas para colheita; Informações relevantes como direito de propriedade, direitos costumários e restrições legais devem estar claramente indicadas.</p>	<p>Production Units (APU);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Name, signature, and ART (Technical Responsibility Record) of the Technician in charge of the drafting of maps and forms entered at CREA (Regional Engineering, Architecture, and Agronomy Council); • Name and signature of the holder of the forest management plan and of the landlord; <ul style="list-style-type: none"> • Mapas em escala compatível; • Documento de posse e uso da terra (matrículas, registros, concessões de uso, contratos de arrendamento, ou número do processo, em caso de regularização fundiária); • CCIR no Cadastro Nacional de Imóvel Rural-CNIR; • PMF e documento de manifestação do órgão competente com a análise prévia do PMFS no que diz respeito à identificação pessoal do proponente; regularidade do título do imóvel; inexistência de sobreposições com terras indígenas, unidade de conservação e áreas militares; cobertura florestal; • Coordenadas Geográficas da propriedade, da Reserva Legal, da Área sob Manejo Florestal, das UPA (unidade de produção anual); • Nome, assinatura e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) registrada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) do técnico responsável pela elaboração dos mapas e formulários; • Nome e assinatura do detentor do plano de manejo e do proprietário. 		<ul style="list-style-type: none"> - IN 112/2006- IBAMA; - IN 134/2006 – IBAMA; - IN 187/2008– IBAMA; - Resolução 411/2009 CONAMA; - IN MMA 06/06
2.1.2	The FME shall have a legal title or documented authorization	<ul style="list-style-type: none"> • Land tenure document (title, registry, concession for use, lease contract, or process number, in case 	Federal	- LEI 10.267/2001 (Certificado de Cadastro)

	<p>from the resource owner (including persons with customary resources rights where legally recognized) to the lands on which it operates and to the timber resource.</p> <p>A EMF deve ter um título legal ou autorização documentada do proprietário dos recursos (incluindo pessoas com direitos costumários aos recursos, onde forem legalmente reconhecidos) para as terras onde opera e aos recursos madeireiros.</p>	<p>of putting tenure situation in order).</p> <ul style="list-style-type: none"> • CCIR - In accordance with the Rural Land National Register – (CNIR); • Documentation from the responsible agency in response to the previous analysis of the SFMP regarding the personal identification of the applicant; adequacy of the land title; inexistence of overlap of the management area with indigenous lands, conservation units, and military areas; forest cover; • Documento de posse e uso da terra (matrículas, registros, concessões de uso, contratos de arrendamento, ou número do processo, em caso de regularização fundiária). • CCIR no Cadastro Nacional de Imóvel Rural-CNIR; • Documento de manifestação do órgão competente, com a análise prévia do PMFS, no que diz respeito à identificação pessoal do proponente; regularidade do título do imóvel; inexistência de sobreposições com terras indígenas, unidade de conservação e áreas militares; cobertura florestal; 		<p>de Imóvel Rural – CCIR);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002 (CCIR); - LEI 10.406/02 - Código Civil; - Resolução/CD no. 10/2003 – INCRA (Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais); - IN 13/2003 – INCRA; - IN INCRA Nº 44/2008 (Recadastramento de Imóveis Rural);
2.1.3	<p>The FME shall hold a legal harvesting document (permit or license) issued in concurrence with the laws and regulations governing forest management and harvesting of forest resources.</p> <p>A EMF deve possuir um documento legal de colheita</p>	<ul style="list-style-type: none"> • AUTEX (Authorization of forest harvesting); • AUTEX (Autorização de Colheita Florestal). 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - IN 112/2006- IBAMA; - IN 134/2006 – IBAMA.

	(permissão ou licença) emitido em concordância com as leis e regulamentos que regem o manejo florestal e a exploração dos recursos florestais.			
2.1.4	<p>If the country in which the FME operates is a signatory to The Convention on International Trade in Endangered Species (CITES), permission to harvest a CITES-listed species shall be documented.</p> <p>Se o país onde a EMF opera for signatário da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (CITES), a permissão para a colheita de espécies listadas na CITES deve ser documentada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> List of species authorized for harvesting; Specific authorization or document for harvesting and transport of species listed in CITES, if applicable. <ul style="list-style-type: none"> Lista de espécies autorizadas para colheita; Autorização ou documentação específica para colheita e transporte de espécies listadas da CITES, se aplicável. 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - IN MMA No. 05/2006 (espécies ameaçadas) - IN MMA Nº 06/2008 (espécies da flora brasileira ameaçada de extinção); - Decreto nº 2. 707/98 ITTA (Acordo Internacional Sobre Madeiras Tropicais); - Decreto no. 2.519/98 (Convenção sobre Diversidade Biológica); - Decreto nº 50/80 (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção);
<ul style="list-style-type: none"> C2.2 The FME shall demonstrate that its approvals (e.g., permits, licenses and transportation/export documents) for forestry and other related operations were properly obtained, contain accurate information, and are maintained and up to date. A EMF deve demonstrar que as aprovações (por exemplo, permissões, licenças e documentos de transporte/exportação) para suas operações florestais e outras atividades correlatas, foram obtidas adequadamente e contêm informações precisas e são mantidas atualizadas. 				
2.2.1	The FME shall document the	• Documentation of process or procedures at the		- Lei 4.771/65 Código

	<p>process and procedures involved in obtaining forest harvesting approvals.</p> <p>A EMF deve documentar o processo e os procedimentos envolvidos na obtenção de autorizações para a colheita florestal.</p>	<p>appropriate government agencies and respective technical feedback issued;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Information storage. • Protocolos de entrada de documentação nos órgãos governamentais e os devidos pareceres técnicos expedidos; • Arquivo de informações. 		<p>Florestal;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Decreto 5.975/06; - Decreto 6.514/2008; - IN 112/2006- IBAMA; - IN 134/2006 – IBAMA; - IN 187/2008– IBAMA; - Resolução 411/2009 CONAMA; - IN MMA 06/06
2.2.2	<p>Documents submitted for approval shall be factually correct – documents for approval shall not present conflicting information.</p> <p>Os documentos submetidos à aprovação devem ser verdadeiramente corretos – os documentos para aprovação não devem apresentar informações conflitantes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Evaluation of the company scenario through checking with the Forest Product Trading and Transport System (issuing of permit, credit clearance, clearance from the agency, invoice x forest permit); • Update of the POA and FMP for compliance with the adjustments required by the environmental agency, if applicable. • Avaliação do cenário da empresa através de consulta ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (emissão de guias, liberação de crédito, conforme liberação do órgão, nota fiscal x guia florestal); • Atualização do POA e do PMF para atendimento às adequações exigidas pelo órgão ambiental, se aplicável. 	Federal	<p>Lei 4.771/65 Código Florestal;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Decreto 5.975/06; - Decreto 6.514/2008; - Resolução 411/2009 CONAMA; - IN MMA 06/06;
2.2.3	<p>The FME shall keep records of all its approvals for a minimum</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existence of clear procedures on the organization and storage of printed or digital documents; 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Lei 4.771/65 Código Florestal;

	of 5 years. A EMF deve manter registros de todas as suas aprovações por, no mínimo, 5 anos.	<ul style="list-style-type: none"> • Updated backup copies; • Maintenance of information stored for five years, at least. • Existência de procedimentos claros de organização e armazenamento de documentos impressos ou digitais; • Cópias de segurança atualizadas; • Manutenção dos arquivos por, no mínimo 5 anos. 		<ul style="list-style-type: none"> - Decreto 5.975/06; - Decreto 6.514/2008; - IN 134/2006 – IBAMA; - IN 187/2008– IBAMA; - Resolução 411/2009 CONAMA; - IN MMA 06/06
<ul style="list-style-type: none"> • Principle 3: The FME shall maintain forest harvesting rights by paying associated taxes, royalties or fees relevant to the harvest of timber and the management of the forest resource. • A EMF deve manter os direitos de exploração florestal mediante pagamento de impostos, taxas, royalties ou taxas associadas de colheita da madeira e da gestão dos recursos florestais. 				
<ul style="list-style-type: none"> • C3.1 All applicable and required taxes, fees, royalties, or other charges shall be paid within the prescribed time period. • Todos os impostos, taxas, royalties ou outros encargos aplicáveis e requeridos devem ser pagos dentro dos prazos previstos. 				
3.1.1	Written acknowledgement of receipt of royalties, fees, or dues by beneficiaries shall exist and be in agreement. Devem existir comprovantes de pagamentos de royalties, taxas ou encargos por beneficiários e devem estar de acordo.	<ul style="list-style-type: none"> • Payment of federal, state and municipal taxes and debts; • Payment of Rural Property Tax (ITR); • State and federal tax clearance certificate/receipt; • Payment of real estate environmental taxes. • Pagamento de taxas, tributos e débitos federais, estaduais e municipais; • Pagamento de Imposto Territorial Rural (ITR); • Certidão negativa de débitos / recibos de tributos estaduais e federais; • Pagamento de impostos e tributos ambientais. 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Cód. Civil <i>LEI</i> 10.406/02; - Código Tributário Nacional - Lei 5172/66 Lei nº 5.172, de 1966; - LEI Nº 9.393/96 (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR); - Lei no. 9.430/96 (contribuição para a seguridade social);

				<p>- Lei nº 11.196/05;</p> <p>- Lei nº 11.508/07;</p> <p>- Lei nº 11.941/09;</p> <p>- Lei nº 12.350/10;</p> <p>- Lei nº 12.431/11;</p> <p>IN RFB Nº 971/2009 (tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais);</p> <p>IN SRF Nº 256/2002 (normas de tributação relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural)</p>
3.1.2	<p>Records of revenue from all timber harvests shall be kept accurate and made available to the audit team.</p> <p>Registros das receitas de todas as colheitas de madeira devem ser mantidos de forma precisa e disponibilizados à equipe de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proof of payment of national and local official agencies taxes and dues; • Purchase and sales contracts and invoices; • Existence of a cost and revenue control system associated with the forest management; • Procedure for monitoring of costs associated with the forest management. <ul style="list-style-type: none"> • Comprovantes de pagamento de impostos e tributos de agências oficiais nacionais e locais; • Contratos de compra e venda e notas fiscais; • Existência de sistema de controle de custos e receitas associados ao manejo florestal; • Procedimentos de monitoramento dos custos 	Federal	<p>- Cód. Civil <i>LEI</i> 10.406/02;</p> <p>- IN RFB Nº 971/2009 (tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais);</p>

		associados ao manejo florestal.		
<ul style="list-style-type: none"> • Principle 4: The FME complies with all relevant local and national laws and regulations governing the harvesting of timber. • A EMF está em conformidade com todas as leis e regulamentos locais e nacionais que regem a colheita de madeira. 				
<ul style="list-style-type: none"> • C4.1 If legally required, locally or nationally, a forest management plan and annual operating plans shall be officially approved and followed. • Se for legalmente requerido localmente ou nacionalmente, um plano de manejo florestal e planos operacionais anuais (POAs) devem ser aprovados oficialmente e seguidos. 				
4.1.1	<p>The FME shall hold a current management plan approved by the relevant authorities.</p> <p>A EMF deve ter um plano de manejo atualizado e aprovado pelos órgãos competentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Forest Management Plan (FMP) approval document by the environmental agency; • Evidence of the FMP update control; • Updated version of the FMP. • Documento de aprovação do Plano de Manejo Florestal (PMF) pelo órgão Ambiental; • Evidência de controle das atualizações do PMF; • Versão atualizada do PMF. 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Lei 4.771 -Código Florestal Brasileiro; - - IN 112/2006 – IBAMA; - IN 134/2006 – IBAMA; - IN 187/2008– IBAMA; - Resolução no. 379/2006; - Decreto 5.975/06 (Plano de manejo sustentável, supressão de florestas, utilização de matéria prima florestal, obrigação à reposição florestal, licença para transporte de produtos e subprodutos de origem nativa e publicidade das informações). - IN MMA No. 04/2006 (Dispõe sobre a

				<p>Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável – APAT);</p> <p>- IN 93/2006 (Planos de Manejo Florestal Sustentável e as solicitações de autorização para uso alternativo do solo)</p>
4.1.2	<p>The FME shall hold a current annual operating or harvesting plan approved by the relevant authorities.</p> <p>A EMF deve ter um plano operacional ou plano de colheita anual atualizado e aprovado pelos órgãos competentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Updated and authorized FMP and AOP (annual operational plan); • FMP approval document from the environmental agency; • AOP approval document from the environmental agency; • PMF e POA (Plano Operacional Anual) atualizados e autorizados; • Documento de aprovação do PMF, pelo órgão Ambiental; • Documento de aprovação do POA, pelo órgão Ambiental. 	Federal	<p>Lei 4.771 -Código Florestal Brasileiro –;</p> <p>- Resolução CONAMA No. 379/2006;</p> <p>- Decreto No. 5.975 de 30 de novembro de 2006;</p> <p>- Resolução CONAMA 406/2009 (elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável- PMFS e POAs);</p> <p>- IN MMA No. 04/2006 (Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável – APAT)</p>

4.1.3	<p>Permitted annual allowable cut or production quotas shall be clearly documented in the relevant plan. The FME shall be able to demonstrate that actual harvested volumes are within legal limits.</p> <p>O volume do corte anual permitido ou quotas de produção deve ser claramente documentado no plano de manejo. A EMF deve ser capaz de demonstrar que os volumes reais colhidos estão dentro dos limites legais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Post-harvesting report (summary of production harvested and transported); • Comparison of volume shown on the post-harvesting report and volume authorized by the environmental agency. <ul style="list-style-type: none"> • Relatório pós-exploratório (resumo da produção explorada e transportada) • Volume apresentado no relatório pós-exploratório com o volume autorizado pelo órgão ambiental; 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Decreto 5.975/06 (Plano de manejo sustentável, POAs, supressão de florestas, utilização de matéria prima florestal, obrigação à reposição florestal, licença para transporte de produtos e subprodutos de origem nativa e publicidade das informações). - Resolução CONAMA nº 379, de 19 de outubro de 2006 (cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA); - IN 112/2006 – IBAMA (DOF); - IN 134/2006 – IBAMA; - IN 187/2008– IBAMA; - Resolução 411/2009 CONAMA
4.1.4	<p>The FME shall have carried out forest inventories.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existence of formalized inventory procedures and description of methodology; • Existence of inventory field notes; • Developed and implemented databank. 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Lei 4.771/65 - Código Florestal; - Decreto 5.975/06;

	A EMF deve ter realizado inventários florestais.	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de procedimentos formalizados de inventário e descrição da metodologia; • Existência de fichas de campo do inventário; • Banco de dados desenvolvido e implementado. 		<ul style="list-style-type: none"> - Decreto 6.514/2008; - IN 112/2006 – IBAMA; - IN 134/2006 – IBAMA; - IN 187/2008– IBAMA; - Resolução 411/2009 CONAMA; <p>IN MMA 06/06</p>
4.1.5	<p>Harvest and management boundaries within the FMU shall be clearly marked both in the field and on maps in accordance with relevant local or national laws.</p> <p>Os limites das áreas de colheita e de manejo dentro da UMF devem ser claramente marcados, tanto no campo quanto em mapas, de acordo com as leis locais ou nacionais relevantes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Recent satellite image; • Use of the company digital databank and shapes for comparison; • Harvesting maps for checking of APPs, RL, and infrastructures; • Georeferenced ground stakes of the area; • Signboards indicating authorization of forest harvesting and boundaries of harvesting units. <ul style="list-style-type: none"> • Imagem de satélite recente; • Uso de banco de dados digitalizados da empresa e “shapes” para comparações; • Mapas de colheitas para verificação das APPs, RL e infraestruturas; • Marcos georreferenciados da área; • Placas indicativas de autorização de colheita florestal e de delimitação das unidades de colheita. 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Lei 4.771/65 - Código Florestal; - Resolução CONAMA 406/2009 (elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável- PMFS e POAs); - Resolução/CD no. 10/2003 – INCRA (Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais); - IN 101/2006 - IBAMA (Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais);
4.1.6	The FME shall be able to demonstrate, both on maps and in the field, that all	<ul style="list-style-type: none"> • GIS tools; • Field assessments; shipping lists, invoices, and transport documents according to the date; 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - IBAMA IN- 93/2006; - IBAMA IN- 101/2006;

	<p>harvesting activities are implemented in accordance (spatially and temporally) with plans, permits and regulatory requirements.</p> <p>A EMF deve ser capaz de demonstrar, tanto em mapas quanto em campo, que todas as atividades de colheita são implementadas de acordo (especialmente e temporalmente) com planos, licenças e normas reguladoras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Checking of previous year post-harvesting reports; • Compare the planning map with the map of results and activities effectively accomplished in all aspects. • Ferramentas de SIG; • Avaliações do campo; romaneios, notas fiscais e documentos de transporte, de acordo com a data; • Verificação do relatório pós-exploratório de anos anteriores; • Checagem de mapa de planejamento com mapa de execução e atividades efetivamente realizadas em todos os aspectos. 		- Resolução Incra /2003.
<p>• C4.2 The FME shall demonstrate compliance with national and local laws and legally binding codes of practice relating to harvesting operations.</p> <p>• A EMF deve demonstrar conformidade com as leis locais e nacionais e códigos legais obrigatórios para práticas referentes às operações de colheita.</p>				
4.2.1	<p>The FME shall have a written commitment, and policy for the prevention of the sale of illegal wood.</p> <p>A EMF deve ter o compromisso por escrito, avalizado pelo mais alto nível da administração, descrevendo sua missão, visão e valores organizacionais, bem como a política para evitar a venda ilegal de madeira</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existence of a formal document describing the company policy on compliance with the Brazilian laws regarding the activities performed. • Existência de documento formal descrevendo a política da empresa no que diz respeito ao cumprimento da legislação brasileira pertinente à atividade que exerce. 		Procedimento SCS.

4.2.2	<p>The FME shall adhere to the terms of timber sale contracts or agreements - unless written evidence demonstrates all relevant parties agree to revisions.</p> <p>A EMF deve aderir aos termos do contrato ou acordos de venda de madeira – a menos que evidências por escrito demonstrem que todas as partes relevantes concordam com as revisões.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Review of signed contracts and evaluation of clauses according to the procedures effectively applied in the field; • Evidence that the invoices, shipping lists, and transport documents are consistent in regard to the volume of traded products. • Revisão dos contratos firmados e avaliação das cláusulas, de acordo com os procedimentos efetivamente praticados em campo; • Evidência de que as notas fiscais, romaneios e documentos de transporte no que se refere aos volumes de produtos comercializados estão condizentes. 	Federal	Cód. Civil <i>LEI</i> 10.406/02
4.2.3	<p>The FME shall comply with all legally required specifications on harvesting restrictions such as those on timing, weather, equipment, harvest layout, harvest close-out.</p> <p>A EMF deve cumprir com todas as especificações requeridas sobre restrições de colheita, como aquelas relativas à época, clima, equipamentos, traçado, resíduos da colheita, entre outros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tree selection method; • Timetables of accomplishment, previous activities, harvesting activities, and post-harvesting activities; • Harvesting authorization issued with the following descriptions: species, volumes, holder, technical responsibility, location, geographic coordinates; • Environmental Management System that complies with the conditions of the license, permits, legislation, and procedures signed on the FMP and on the company environmental policy; • Term of responsibility to maintain the forest. • Metodologia de seleção de árvores; • Cronograma de execução, atividades prévias, de exploração e pós-exploratórias; • Autorização de colheita expedida com as seguintes descrições: espécies, volumes, detentor, responsável técnico, localização, coordenadas geográficas; 	Federal	<p>- Lei 4.771/65 - Código Florestal;</p> <p>- Decreto 5.975/06;</p> <p>- Decreto 6.514/2008;</p> <p>- IN 112/2006 – IBAMA;</p> <p>- IN 134/2006 – IBAMA;</p> <p>- Resolução 411/2009 CONAMA;</p> <p>- IN MMA 06/06</p> <p>IN 187/2008– IBAMA (Procedimentos e padrões de nomenclatura e</p>

		<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Gestão Ambiental que atenda às condicionantes das licenças, alvarás, legislação e procedimentos firmados no PMF e na política ambiental da empresa; • Termo de Responsabilidade de Manutenção da Floresta. 		coeficientes para indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa)
4.2.4	<p>When legally required, all necessary notifications shall be made prior to the start of harvesting, and done so according to required timeframes.</p> <p>Quando requerido legalmente, todas as notificações necessárias devem ser feitas antes do início da colheita e de acordo com os cronogramas requeridos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Verify the existence of summons and inspection reports issued by environmental agencies and routing of data, if applicable; • Existence of entry records on compliance with summons issued by environmental agencies with dates earlier than the beginning of the harvesting; • Verification of compliance with the conditions stated in the environmental license within the specified deadlines. • Verificação da existência de notificações, relatórios de vistoria, emitidas por órgãos ambientais e encaminhamentos dados, se aplicável; • Existência de protocolos de cumprimento das notificações emitidas pelos órgãos ambientais, com datas anteriores ao início da colheita; • Verificação do cumprimento das condicionantes contidas nas licenças ambientais, dentro dos prazos especificados. 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Decreto 6.514/2008; - IN 112/2006 – IBAMA; - IN 134/2006 – IBAMA; - IN 187/2008– IBAMA; - Resolução 411/2009 CONAMA; - IN MMA 06/06
4.2.5	Harvesting shall be conducted within the authorized boundaries and shall not occur in designated parks, forest reserves, or any other officially protected areas or logging exclusion zones.	<ul style="list-style-type: none"> • Document from the appropriate agency in response to the previous analysis of the SFMP regarding the personal identification of the proponent; adequacy of the land title or authorized document from the appropriate agency for FMP execution; inexistence of overlap of the management area with indigenous lands, 	Federal	<p>Lei 4.771/65 -Código Florestal;</p> <p>Decreto 5.975/06;</p> <p>Decreto 6.514/2008;</p> <p>IN 112/2006 – IBAMA;</p> <p>IN 134/2006 – IBAMA;</p>

	<p>As colheitas devem ser feitas dentro dos limites autorizados e não devem ocorrer em parque e reservas florestais ou em quaisquer outras áreas protegidas oficialmente ou em zonas de exclusão da exploração de madeira.</p>	<p>conservation units, and military areas; forest cover;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verify whether the geographic coordinates of the property boundaries, the Legal Reserve, the managed forest area, and the Annual Production Unit are consistent with the map of protected areas; • Verify the compliance with logging exclusion zones, in accordance with CITES, ICMBio or any other officially protected area. • Manifestação do órgão competente com a análise prévia do PMFS sobre identificação pessoal do proponente; regularidade do título do imóvel ou documento de autorização de execução do PMF (parecer jurídico); inexistência de sobreposições com terras indígenas, unidade de conservação e áreas militares; cobertura florestal por meio de imagens de satélite. • Verificação de que as coordenadas geográficas dos limites da propriedade, reserva legal, área florestal manejada e Unidades de Produção Anual estão de acordo com os mapas das áreas protegidas; • Verificação em campo das zonas de exclusão de colheita, de acordo com CITES, ICMBio e Unidades de Conservação. 		<p>IN 187/2008– IBAMA;</p> <p>- Resolução 411/2009 CONAMA;</p> <p>- IN MMA 06/06;</p> <p>- Lei n.º 11/87, de 7 de Abril— Lei de Bases do Ambiente— manutenção das áreas protegidas de âmbito nacional;</p> <p>- Decreto Lei 19/93 – Áreas protegidas;</p> <p>- Decreto-Lei n.º 227/98 (D.R. n.º 163, Série I-A de 1998-07-17)</p> <p>Alteração ao Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro – Áreas protegidas.</p> <p>- Decreto-Lei nº 142/2008, (D.R. nº 142, de 2008-07-24)</p> <p>Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade</p>
4.2.6	The FME must comply with the law or minimum regulations for workers health and safety as applicable to wood harvesting	<ul style="list-style-type: none"> • ASO (Occupation Health Certificate); • Existence of a health professional available, as required by law. • Appropriate sanitary and environmental 	Federal	- NR 31/2005 do MTE: Portaria 86 do DOU

	<p>activities.</p> <p>A EMF deve cumprir a legislação ou regulamentos mínimos aplicáveis à saúde e segurança do trabalhador na colheita de madeira.</p>	<p>conditions;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existence of Individual Protection Equipment (IPE) and evidence of monitoring of its use. • Existence of first-aid equipment at the work place; • Existence of a safety management plan that includes, at least, the monitoring of labor accidents and incidents, safe procedures and the person in charge of the labor safety sector; • Training program and evidence of its implementation; • Adequate lodging conditions • Evidence that no minor workers are used. <ul style="list-style-type: none"> • ASOs (Atestado de Saúde Ocupacional); • Existência de profissional de saúde disponível, conforme exigido por lei; • Condições sanitárias e ambientais apropriadas; • Existência de equipamento de proteção individual (EPI) e evidências de monitoramento do uso; • Existência de equipamentos de primeiros socorros no local de trabalho; • Existência de um plano de gestão em segurança que contemple, no mínimo, o monitoramento de acidentes e incidentes de trabalho, procedimentos de segurança e um responsável pelo setor de segurança do trabalho. • Programa de treinamentos e evidências de sua implementação; • Condições adequadas de alojamento; • Não utilização de mão-de-obra de menores de idade 		<p>- Lei Federal 6.214, Portaria 3.514; NR 01.</p>
--	---	--	--	--

<ul style="list-style-type: none"> • C4.3 The FME shall provide evidence of compliance with any required laws regulating the environmental or social impacts of timber harvesting. • A EMF deve fornecer evidências de conformidade com qualquer leis requerida que regulam os impactos ambientais ou sociais da colheita de madeira. 				
4.3.1	<p>The FME shall complete environmental impact assessments and, if legally required, implement the findings in accordance with relevant laws and regulations.</p> <p>A EMF deve realizar avaliações de impacto ambiental e, se for requerido por lei, implementar as constatações em conformidade com as leis e regulamentos relevantes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Post-harvesting report; • Damage assessment report. • Relatório pós-exploratório; • Relatório de avaliação de danos. 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Lei 4.771/65 -Código Florestal; - Decreto 5.975/06; - Decreto 6.514/2008; - IN 112/2006 – IBAMA; - IN 134/2006 – IBAMA; - IN 187/2008– IBAMA; - Resolução 411/2009 CONAMA; - IN MMA 06/06; - Resolução CONAMA No. 378 de 19 de outubro de 2006 (Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional);
4.3.2	<p>The FME shall complete social impact assessments and, if legally required, implement the findings in accordance with</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existence of workers' satisfaction level assessment; • Existence of communication channels with the workers and communities located within the area of influence of the management activities; 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> Lei 4.771/65 -Código Florestal; Decreto 5.975/06; - Decreto 6.514/2008;

	<p>relevant laws and regulations.</p> <p>A EMF deve realizar avaliações de impacto social e, se for requerido por lei, implementar as constatações em conformidade com as leis e regulamentos relevantes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existence of documents on communication with the stakeholders, e.g., minutes, notes showing the relationship of the company with its workers and communities, as well as the treatment given and routing of requests; • Staff history. • Existência de avaliação do nível de satisfação dos colaboradores; • Existência de canais de comunicação com os colaboradores e comunidades inseridas na área de influência das atividades de manejo; • Existência de documentos de comunicação com partes interessadas. Exemplo: atas, anotações que demonstrem a relação entre a empresa, seus colaboradores e comunidade, bem como o tratamento e encaminhamento das demandas apresentadas. • Histórico do quadro de funcionários. 		<ul style="list-style-type: none"> - IN 112/2006 – IBAMA; - IN 134/2006 – IBAMA; - IN 187/2008– IBAMA; - IN MMA 06/06.
<p>• C4.4: Harvesting of specific species or trees shall be conducted in compliance with national or local regulations, as well as international conventions of which the host country is a signatory.</p> <p>• A colheita de espécies ou árvores específicas deve ser feita em conformidade com as normas nacionais ou locais, bem como as convenções internacionais das quais o país é signatário.</p>				
4.4.1	<p>Dimensions of harvested timber shall conform to the relevant license or permit and harvesting regulations.</p> <p>As dimensões da madeira colhida devem estar em conformidade com as licenças</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Description of the minimum diameter for cutting by species in the forest management plan and on the operational plan; • Post-harvesting report; • Sorting of harvested trees. • Descrição do diâmetro mínimo de corte por espécie no plano de manejo florestal e no plano operacional; 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - IN MMA 05/2006; - Resolução 411/2009 CONAMA (procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de

	ou permissões relevantes e normas de colheita.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório pós-exploratório; • Romaneios das árvores colhidas. 		<p>origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria)</p> <p>- IN 187/2008– IBAMA (Procedimentos e padrões de nomenclatura e coeficientes para indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa)</p>
4.4.2	<p>The FME shall harvest only legally permitted species, listing them in the AOP.</p> <p>A EMF deve colher somente espécies permitidas por lei.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criteria adopted by the FMU and formalized on the MP and on the AOP for the selection of trees; • List of species included in the MP and in the AOP; • Inventory databank. • Critérios para seleção de espécies, adotados pela UMF, e formalizados no PM e no POA; • Lista de espécies inseridas no PM e no POA; • Banco de dados do inventário. 		<p>- IN 112/2006 – IBAMA;</p> <p>- IN 134/2006 – IBAMA;</p> <p>- IN 187/2008– IBAMA;</p> <p>- Resolução 411/2009 CONAMA</p>
4.4.3	The FME shall comply with legal restrictions on other tree-	<ul style="list-style-type: none"> • Analysis of the management plan and of the annual operational plans in regard to wildlife protection; 	Federal	- LEI N° 5.197/67;

	<p>specific characteristics, such as trees necessary for wildlife habitat.</p> <p>A EMF deve respeitar as restrições legais quanto a outras características específicas das árvores, tais como árvores necessárias para o habitat da fauna.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Wildlife protection actions as formalized on the FMP and AOPs; • Checking of dens, shelters, or nests in the field; • Interview with workers, specifically chainsaw operators regarding the effectively adopted procedures. • Análise do plano de manejo e dos planos operacionais anuais no que se refere à proteção da fauna; • Ações de proteção à fauna, formalizadas no PMF e POAs; • Verificação de tocas, abrigos ou ninhos em campo; • Entrevista com funcionários, especificamente motosserristas quanto aos procedimentos efetivamente adotados. 		<ul style="list-style-type: none"> - IN 112/2006 – IBAMA; - IN 134/2006 – IBAMA; - IN 187/2008– IBAMA; - Resolução 411/2009 CONAMA
4.4.4	<p>The FME shall comply with all timber utilization regulations where they exist.</p> <p>A EMF deve seguir todas as normas de utilização de madeira, onde estas existirem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existence of procedures to minimize and reduce waste of wood; • Maximum high for stumps; • Existence of damage assessment and monitory after harvesting; • Existence of test to detect hollow trees. • Procedimentos para minimizar e reduzir os desperdícios da madeira; • Altura máxima de tocos;; • Existência de avaliação e monitoramento de danos após a exploração;; • Existência de teste para detecção de árvores ocas. 	Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Lei 4.771/65 Código Florestal; - Decreto 5.975/06; - Decreto 6.514/2008; IN 112/2006 – IBAMA; IN 134/2006 – IBAMA; - IN 187/2008– IBAMA; - Resolução 411/2009 CONAMA; - IN MMA 06/06
<ul style="list-style-type: none"> • C4.5: The FME shall employ an identification system for trees, stumps and logs and comply with all applicable timber transport and export regulations. 				

<ul style="list-style-type: none"> • A EMF deve empregar um sistema de identificação de árvores, tocos e toras e obedecer todas as normas aplicáveis para transporte e comercialização de madeira. 				
4.5.1	<p>The FMU shall have in place an identification system for trees, stumps and logs that permits traceability both pre and post harvest, from the cutting site to the forest gate.</p> <p>A EMF deve dispor de um sistema de identificação de árvores, tocos e toras que permita o rastreamento, tanto pré quanto pós-colheita, desde o local de corte até a entrega da madeira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existence of chain of custody control system • Existência de sistema de controle da cadeia de custódia. 	Federal	<p>Portaria/MMA/253/2006;</p> <p>- Lei 6.938/81;</p> <p>- IN 112/06;</p> <p>- IN 134/2006 – IBAMA</p>
4.5.2	<p>The FME shall provide evidence of all required transport documents from the cutting site to the forest gate, and if applicable, from forest gate to mill. Log transport documents shall be authorized by the required official.</p> <p>A EMF deve fornecer evidência da existência de todos os documentos de transporte do local de corte até o portão da floresta, e se aplicável, do portão da floresta até a fábrica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sales contract, if applicable; • Legal transport documents (DOF/GF), either by road or river; • Documentation of intermediate or temporary storage, if any (ex, ports, warehouses); • Shipping list (e.g., load list); • computerized control system; • Invoice (Fiscal Bill). • Contrato de venda; se aplicável; • Documentos de transporte legais (DOF/GF), rodoviário ou fluvial; • Documento de armazenagem intermediária, se houver. Ex: portos, entrepostos; • Romaneio (e.g. romaneio de carga); 	Federal	<p>- Lei 4.771/65 Código Florestal;</p> <p>- Decreto 5.975/06;</p> <p>- Decreto 6.514/2008;</p> <p>- IN 112/2006 – IBAMA</p> <p>- IN 134/2006 – IBAMA;</p> <p>- IN 187/2008– IBAMA;</p> <p>- Resolução 411/2009 CONAMA</p> <p>- IN MMA 06/06;</p>

	Os documentos de transporte de toras devem ser autorizados pelo órgão oficial exigido.	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de controle informatizado; • Fatura (Nota fiscal). 		- Portaria/MMA nº.253, de 18 de agosto de 2006 (obrigatoriedade do uso do Documento de Origem Florestal – DOF)
4.5.3	<p>Invoices and transport documents (load tickets, etc.) shall include an LHV claim and the unique LHV statement number of the verified forest.</p> <p>Notas fiscais e documentos de transporte (Nota fiscal, romaneios da carga, Guia Florestal, etc.) devem incluir a declaração e o número do certificado LHV da floresta verificada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existence of the claim and the number of the LHV certificate on the timber purchase, sales, and transport documents. • Existência da declaração e do número do certificado LHV nos documentos de compra, venda e transporte de madeira. 	<p>Procedures</p> <p>Procedimentos</p>	<p>SCS Procedures</p> <p>Procedimentos SCS</p>